Enquanto os Críticos Sonham, as Cidades se Constroem. Resposta a Santos

RUBEN GEORGE OLIVEN

Analisando a resenha de Carlos Nelson F. Santos a respeito de meu livro *Urbanização e Mudança Social no Brasil*, tive a sensação de que o resenhador se frustrou por eu não ter escrito o livro que ele gostaria de ter lido. Como penso que se deve levar o crítico a sério, por mais mordaz que ele possa ser, procurei imaginar se eu poderia ter escrito o livro com o qual Santos sonha. A resposta, infelizmente, é negativa, pois o livro teria que ser uma colcha de retalhos, incapaz de satisfazer os mais elementares pressupostos de lógica.

Creio que a frustração do resenhador se deve à sua dificuldade de conciliar satisfatoriamente o que ele, num artigo, chamou de "o beco sem saída de minhas contradições enquanto planejador urbano" [1] com a prática do cientista social preocupado em refletir sobre e ajudar a transformar a realidade urbana. No mesmo artigo, Santos bate insistentemente nesta tecla e faz um relato pungente de sua tentativa de se metamorfosear de arquiteto em antropólogo, como forma de sair de seu impasse profissional.

Não surpreende, portanto, que o pano de fundo de sua resenha seja uma longa introdução e conclusão, em tom de lamúria, a respeito das vicissitudes e frustrações do planejador urbano. A angústia fica patente quando, no final da resenha, Santos pergunta dramaticamente: "quais são mesmo as contribuições efetivas que nós, cientistas sociais, estamos apre-

1 Carlos Nelson F. Santos: "Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo?", *in* Gilberto Velho (org.). *O Desafio da Cidade*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1980, p. 44.

sentando para que, através da análise crítica de seus problemas, consigamos participar das transformações das cidades e das condições de vida da maioria dos que nelas vivem?"

A pergunta, é claro, é das mais sérias, mas não pode ser tratada levianamente. A preocupação que alguns planejadores manifestam no sentido de questionarem a validade de sua atuação e proporem alternativas é muito oportuna. Este tipo de questionamento é, entretanto, bem mais antigo nas ciências sociais e, obviamente, não decorre de explicações simplórias do tipo *soft* versus *hard,* mas de um longo processo de reflexão e engajamento de vários cientistas sociais.

Tenho a impressão que é neste campo que Santos se atrapalha. De início, ele parece estar me cobrando um manual do bom planejador ou um guia do militante urbano, coisas que *Urbanização e Mudança Social no Brasil,* obviamente, não se propõe a ser. Neste sentido, me parece no mínimo ridículo afirmar que meu livro tem "um forte sabor acadêmico". Mas que sabor deveria ter uma tese, se não o acadêmico? De hortelã?

O curioso, entretanto, é que mais adiante Santos inverte a crítica. Como deixo claro no prefácio, o livro é uma versão modificada de minha tese de doutrado. Como esta tem mais de quatrocentas páginas, resolvi, para fins de publicação, reescrevê-la sob forma de livro que pode ser abordado de duas maneiras. A primeira seria percorrer sua seqüência do início ao fim obtendo-se deste modo uma visão integrada da obra; a segunda se constituiria na leitura isolada de qualquer um dos capítulos, que não perdem seu sentido se lidos separadamente. O objetivo foi atingir um público mais amplo que o capaz de manejar os códigos elaborados das ciências sociais. Isto, entretanto, parece ter desagradado profundamente ao crítico. Apesar de, no final da resenha, num momento de bom humor, admitir que o livro é bem escrito e que seu "conjunto de qualidades já se configura como excepcional no panorama brasileiro, onde não são nada incomuns as obras sobre cidades, herméticas, pesadas, carregadas de linguagem viciada e sumariamente aborrecidas", Santos não se cansa de reclamar de meu "didatismo acadêmico" e acaba me cobrando justamente que, no que tange à parte empírica do livro, cometi a heresia de agregar dados e apresentar uma visão mais global e sintática dos fenômenos estudados. Apesar de se definir como "antropólogo heterodoxo", suponho que ele gostaria que eu fizesse o clássico relato etnográfico.

Significativamente, é na crítica deste capítulo que se revelam as ambigüidades do resenhador. Depois de cobrar, insis-

tentemente, um vago engajamento do cientista social, ele se pergunta: "não estarão os 'aspectos examinados' que aparecem nos quadros, impregnados do viés do pesquisador?". É claro que estão! Ou será que Santos ainda acredita em neutralidade científica?

Neste sentido, no capítulo é apresentada uma hipótese — que Santos concede ser clara e bem formulada — que é eminentemente política e relacionada com o momento em que se realizou o trabalho de campo. A intenção foi justamente questionar o senso comum prevalecente de que haveria uma homogeneização cultural dos habitantes de nossas grandes cidades. Os aspectos escolhidos para serem examinados, naturalmente, traduzem minhas preocupações intelectuais e políticas. Por isto, eles estão relacionados com questões candentes da década de setenta: o mito da educação como canal de mobilidade social, as relações cotidianas no interior da família, o divórcio, a religiosidade, os grandes temas políticos (como a liberdade de imprensa, os direitos individuais, a pena de morte, o voto do analfabeto) etc.

Ao tratar destas questões e mostrar, numa linguagem acessível ao maior número possível de leitores, que existem muito mais clivagens dentro de nossas cidades do que freqüentemente se imagina, me propus contribuir de um modo não demagógico, mas engajado e próprio do cientista social ao conhecimento e transformação das condições de vida de nossas populações urbanas. O livro, que obviamente é passível de críticas, não se propõe a esgotar o assunto, mas antes a convidar à reflexão. E, parafraseando um conhecido cientista social, sem reflexão não há transformação.